

Prostituição: Podar não é destroncar

Fala-se hoje de campanha policial contra a prostituição na cidade de Maputo. Se não compreendermos os limites da acção administrativa sobre a prostituição cairemos no risco de pensar morta uma árvore só porque a poda lhe roubou verdura. As raízes dessas ficaram e, assim, intactas, continuarão a alimentar a planta temporariamente enfraquecida.

Acontece com a prostituição. Mas acontece e aconteceu também com a candonga. Acontece com todos os fenómenos sociais que têm origens sociais e económicas que ultrapassam os limites da acção policial. Corremos o risco de pensar completamente extirpadas a candonga e a prostituição para depois nos surpreendemos de as ver reaparecer sob formas mais requintadas. Trata-se de uma fraqueza da acção das forças policiais?

Não. Por mais eficaz que seja a acção administrativa não resolve tudo se não for acompanhada por uma outra acção mais profunda e prolongada que é a transformação das condições sociais que são a raiz destes e de outros problemas.

Um leitor do nosso colega «Domingo» mostrava-se há dias chocado com o adultério e a prostituição. Partia de factos, de constatações aparentemente verdadeiras. Mas chegava até elas através de um olhar carregado de machismo: as causadoras da prostituição e do adultério são as mulheres (sic). Pergunta preocupado: «onde vais mulher moçambicana?». Mas esquece-se de olhar para além do horizonte da cidade e por isso não vê fenómenos tão ou mais degradantes: o lobolo, os casamentos prematuros, a poligamia. Esses problemas não são sentidos ou pelo menos não afligem a moral do autor da carta.

E o leitor conclui apelando para o reforço do policiamento da cidade, para as leis, para a fita métrica controlando a largura das calças, para as facas no bucho das adúlteras.

Referi aqui a carta do «Domingo» não porque veja qualquer relação de causa e efeito entre ela e a presente campanha policial contra a prostituição. Mas há uma concepção que privilegia a acção administrativa sobre o combate político e social mais profundo e essa concepção estará mais nos leitores que subscrevem a carta do que na campanha ela própria. Porque desde o primeiro momento esta campanha tem sido apresentada com os seus próprios limites: tal como aconteceu com a candonga a prostituição não acabará com a detenção de centenas de prostitutas. Infelizmente não será assim tão fácil. O combate demorará mais tempo.

Se aglarmos simplisticamente a bandeira da vitória correremos o risco de a realidade desmentir amanhã o que proclamamos hoje. E assim desautorizarmos as forças policiais, desautorizarmos-nos nós (informação e leitores).

Que fique claro: a campanha policial é correcta e necessária. Ela não pode, porém ultrapassar os limites que uma realidade económica, política, social e ideológica lhe impõe. Na transformação profunda e irreversível dessa realidade trabalhamos todos nós. Fazemo-lo sem falso moralismo, pela libertação da mulher, pela libertação dos homens das condições de miséria que geram a miséria moral. Combate que não se realiza exclusivamente nas condições materiais de vida mas que ensina aos homens que a sua dignidade não é mercadoria que se compra e vende em função da lógica da moda e do consumo supérfluo.

A.E.L.C.